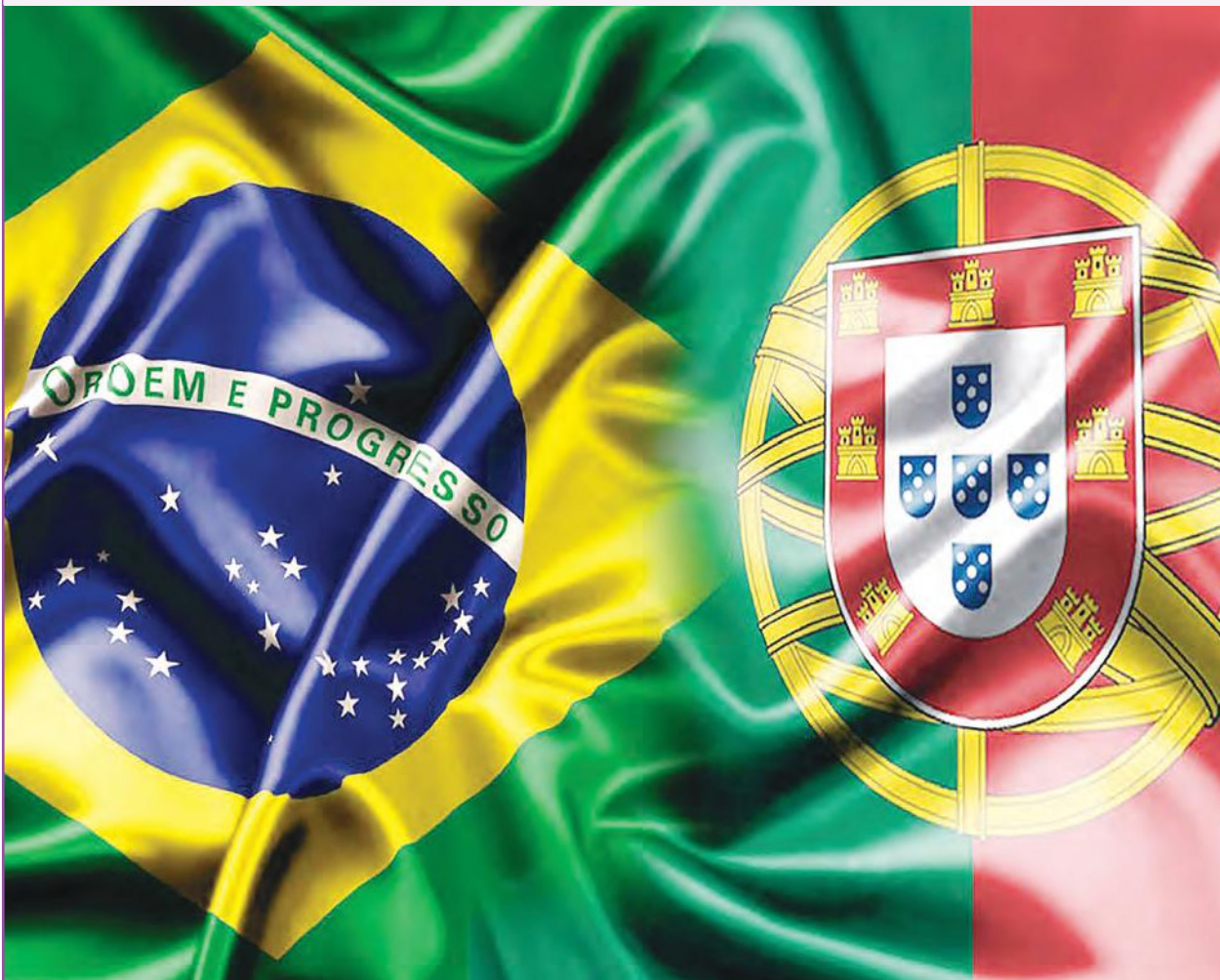


Destaque

Brasil: crise política e instabilidade cambial quebram exportações de pêra rocha

Pág. V



Agricultura tem 123 milhões para financiar projetos de investimento do PDR 2020

Pág. III



Destques

Governo vai autorizar a rega nas vinhas da Região Demarcada do Douro

Pág. IV

Symington investe 500 mil euros em máquina de vindimar

Pág. VII

Frulact premeia estudantes de doutoramento

Pág. VIII

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Rega no Douro sem estudo de impacto?

As empresas agrícolas e do agroalimentar estão seriamente preocupadas com a imprevisibilidade das alterações climáticas e os seus efeitos na economia. O grupo The Fladgate Partnership, que detém as marcas de vinho do Porto Taylor's, Croft, Fonseca e Krohn, trouxe ao Porto, em julho, o ex-presidente americano Barack Obama para debater o tema. Em março de 2019, trará à Invicta Al Gore, também no âmbito do 'Climate Change Leadership Porto'.

Paradoxalmente, também em julho, o Conselho Interprofissional do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) aprovou uma "adaptação à realidade", em nome, justamente, das alterações climáticas. Votou, por margem mínima, o fim do princípio da proibição da rega na Região Demarcada do Douro (RDD), com vista à alteração do artº 10º do DL 173/2009, de 3 de agosto, que prevê que "a rega da vinha só pode ser efetuada em condições excecionais e apenas para obstar a situações extremas de défice hídrico, reconhecidas pelo IVDP, que possam pôr em causa o normal desenvolvimento fisiológico da videira".

Ainda em julho, Adrian Bridge, CEO da Taylor's, questionava, em entrevista à "Vida Económica", a possível alteração desse paradigma, invocando a escassez de água no rio Douro e o facto de a decisão poder aumentar a rentabilidade de algumas empresas, mas ter impacto negativo para todos. "Tenho dúvidas se é uma boa ideia sem estudar com muito mais profundidade do ponto de vista ambiental", disse. Além de que "é perfeitamente possível fazer uvas no Vale do Douro sem regar. Tem sido assim nos últimos séculos".

Já esta semana, o grupo Sogrape, dono das marcas Ferreira, Offley, Mateus Rosé, Sandeman ou Barca Velha, fez saber que integra, desde há um ano, o projeto MED-GOLD, que integra climatologistas, meteorologistas, programadores, cientistas sociais, consultores e empresas de vinho, azeite e massas de trigo, com o objetivo de estudar as potenciais ameaças das alterações climáticas.

Ora, é justamente neste momento de alerta, preocupação e escassez de informação sobre o que as alterações climáticas nos reservam e quando o próprio Governo, através do Ministério do Ambiente, acaba de afetar 371,1 milhões de euros (191,3 milhões do PDR 2020) para a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, que o Ministério da Agricultura decide avançar para uma alteração legal, liberalizando a rega na RDD (Cf. página IV deste suplemento).

À parte da desvantagem competitiva que se agrava entre pequenos e grandes produtores no Douro – 80% dos proprietários têm menos de dois hectares e não possuem capacidade financeira para instalar sistemas de rega –, há duas perguntas que se impõem: há, ou não, diálogo entre os ministérios da Agricultura e do Ambiente? É sensato alterar esta lei sem o suporte técnico de um estudo de impacto?

Diretor do Departamento de Patologia e Oncologia da Faculdade de Medicina do Porto aconselha

É preciso “bom senso” na utilização de plásticos na agricultura

Professor catedrático de anatomia patológica e diretor do Departamento de Patologia e Oncologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Manuel Sobrinho Simões foi considerado, em 2015, o patologista mais influente do mundo pela revista científica "The Patologist". É codiretor do i3S e diretor do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto. No IPATIMUP, investiga o diagnóstico, o prognóstico e a seleção de tratamento para o cancro da tireóide.

Num exclusivo à "Vida Económica" à margem do 14º almoço-conferência do ciclo "Conversas na Bolsa", promovido pela Associação Comercial do Porto, o cientista lança o repto aos agricultores: é preciso "bom senso" na utilização de plásticos na agricultura.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Veio aqui falar sobre o tema "Homo sapiens e a Sustentabilidade" e eu estava muito mais à espera de ouvir falar sobre saúde. Mas acabou por estabelecer uma 'ponte' para a agricultura e a sustentabilidade.

Manuel Sobrinho Simões – Pois claro que fiz. O meu medo é esse. É a saúde.

VE – Falou na utilização dos plásticos na agricultura. Como olha para a agricultura nos tempos de hoje, em



"Temos de usar mais vidro e outros produtos que são reutilizáveis", avisa o patologista Manuel Sobrinho Simões.

que o uso de plásticos é intensivo, em estufas, embalagens e outras utilizações?

MSS – Os plásticos não desaparecem. Eu diminuía ao máximo o plástico, em termos de custo/benefício. Por mim acabava com tudo. Só nas situações excecionais é que usaria plástico. Só no excecional.

VE – Como vê o contacto dos alimentos com o plástico?

MSS – É mau. Pode trazer prejuízos para a saúde. E pode ser substituído pelo vidro, embora sendo mais caro. E pode-se reutilizar o vidro. Em vez de deitar fora os plásticos, nós temos de usar mais vidro e outros produtos que são reutilizáveis. Porque sabemos que é melhor. A quantidade do risco na utilização dos plásticos, acho que a gente

não a sabe. O plástico, o microplástico, é pior, mas não sei até que ponto é suficientemente grave e as alterações que provoca para justificar gastar mais dinheiro se por acaso o vidro for mais caro.

VE – Que conselho dá aos agricultores a este propósito?

MSS – Bom senso. É terem bom senso. E saberem o que os outros estão a fazer. Procurarem conhecimento.

VE – Recomenda maior diálogo entre a Agricultura e a Ciência e a Medicina?

MSS – Bem, isso é indiscutível. Completamente. E isso ajuda a procurar informação. Mas há uma grande diferença entre a Ciência e os resultados práticos. Agora, eu aconselho a esse diálogo.

Parlamento Europeu aprova proibição de produtos de plástico

O Parlamento Europeu aprovou na última semana a proibição da venda de produtos de plástico de utilização única na União Europeia (UE) a partir de 2021. A proposta foi aprovada por 571 votos a favor, 53 contra e 34 abstenções e determina a proibição da venda de pratos, talheres, cotonetes, palhinhas, agitadores para bebidas e varas para balões e também de produtos de plásticos oxodegradáveis e recipientes para alimentos e bebidas de poliestireno expandido.

"Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para obter uma redução ambiciosa e sustentada de pelo menos 25% até 2025", refere o documento aprovado em Bruxelas.

Os 28 Estados-membros terão ainda de assegurar a recolha seletiva e a subsequente reciclagem de pelo menos 90% das garrafas de plástico descartáveis até 2025.

Os objetivos de redução serão também aplicáveis aos produtos do tabaco, como os filtros que contêm plástico, com os eurodeputados a pretenderem que estes sejam reduzidos em 50% até 2025 e em 80% até 2030.

As artes de pesca que contêm plástico são também alvo das novas medidas, com os Estados-membros a terem de assegurar que, no mínimo, 50% deste material é recolhido anualmente.

Aprovado depósito de embalagens de plástico, vidro e alumínio em Portugal

Em Portugal, o Parlamento aprovou também na última semana, por iniciativa do partido Pessoas-Animaís-Natureza (PAN) o texto final relativo ao projeto de lei para criar um sistema de incentivo e depósito de embalagens de bebidas de plástico, vidro e alumínio. Na prática, é a implementação de uma tara recuperável.

A proposta foi aprovada com o voto contra do PCP, a abstenção do CDS-PP e do PEV e os votos a favor de PS, PSD, BE e PAN.

A primeira fase do projeto piloto para a devolução de garrafas de plástico com vista ao encaminhamento para reciclagem arranca até 31 de dezembro de 2019. Na segunda fase, a partir

de 01 de janeiro de 2022, passa a ser obrigatória a existência de sistema de depósito de embalagens de bebidas de plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio.

As grandes superfícies comerciais ficam obrigadas a disponibilizar equipamentos que permitam a devolução das embalagens de bebidas em causa.

O Estado assegura o financiamento associado ao sistema através da Agência Portuguesa do Ambiente e outras entidades vinculadas a acordos voluntários. A articulação da sua monitorização e acompanhamento será feita com as entidades gestoras do sistema integrado do fluxo específico de embalagens e resíduos de embalagens.

A associação ambientalista ZERO refere, em comunicado, que "Portugal dá um passo fundamental para garantir o seu cumprimento e promover a economia circular", explicando que os sistemas de depósito de embalagens descartáveis é uma "ferramenta fundamental" para a meta definida para 2015 em diretiva europeia de recolha e reciclagem de 90% das embalagens de plástico descartáveis.

Alterações climáticas em discussão pública até novembro

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Em diversos estudos, o Sul da Europa e a Península Ibérica são destacados como das regiões da Europa potencialmente mais afetadas pelas alterações climáticas. Estão, portanto, expostos a enfrentar uma variedade de impactos potenciais, como aumentos na frequência e intensidade de secas, inundações, cheias repentinas, ondas de calor, incêndios rurais, erosão e galgamentos costeiros.

O cenário consta do P-3AC - Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, que o Governo colocou em discussão pública, através do portal 'Participa', até 28 de novembro. Em causa estão nove linhas de ação, financiadas em 371 milhões de euros até 2020, 191,3 milhões dos quais através do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020).

De acordo com o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (da sigla inglesa, IPCC), os cenários climáticos mais gravosos para Portugal preveem que "o aumento da temperatura pode chegar a +5°C em 2100 (aplicável a temperaturas mínimas, médias e máximas), particularmente durante o verão e no interior de Portugal".

De acordo com o documento, "as temperaturas elevadas refletem-se no aumento de dias muito quentes (Tmax ≥ 35°C), especialmente no interior sul, no aumento do número de noites tropicais (Tmin ≥ 20°C) e em ondas de calor mais longas e frequentes, especialmente no interior nordeste". Os aumentos de temperatura média "poderão variar entre 2°C a 3°C em Portugal".

O aumento da temperatura e os períodos de seca prolongados deverão ser também responsáveis pelo aumento do número de incêndios rurais. O propósito principal do Roteiro de Neutralidade Carbónica 2050 é traçar metas para que se consiga "atingir a neutralidade carbónica da economia portuguesa em 2050". Por outro lado, a seca poderá também acentuar os períodos de stress hídrico em plantas, particularmente em árvores florestais, tendo como consequência o aumento de pragas e doenças secundárias nestes ecossistemas refere o relatório.

Parte do território nacional, diz aquele documento, encontra-se já "ameaçado pela desertificação", com a degradação dos solos em resultado da influência de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas, refere ainda o documento. Por outro lado, o litoral português é "particularmente vulnerável à erosão costeira e a galgamentos costeiros, com efeitos muito significativos e gravosos", devido à subida do nível das águas do mar.

Ficha Técnica:
Edição e coordenação: Teresa Silveira
Email: teresasilveira@vidaeconomica.pt
Paginação: Célia César e Flávia Leitão
Periodicidade: Mensal

Agricultura tem 123 milhões para financiar projetos de investimento do PDR 2020

TERESA SILVEIRA, EM MADRID
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Na Agricultura, a despesa efetiva consolidada, de acordo com a Proposta de Orçamento do Estado para 2019, contempla “um reforço de 15,8%, elevando de 1051 para 1218 milhões de euros o montante disponível” no próximo ano.

Em fundos comunitários, há 1222 milhões de euros de dotação anual (FEAGA - Fundo Europeu Agrícola de Garantia e FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) para o período 2014/2020.

Estes números foram explicados à “Vida Económica” por fonte oficial do gabinete do ministro Luís Capoulas Santos.

Já sobre o montante financeiro para 2019 que será afetado à participação dos projetos de investimento no âmbito do PDR 2020, a mesma fonte explica que “a execução financeira das medidas de investimento do PDR2020 depende da apre-



Gonçalo Andrade, presidente da Portugal Fresh.

sentação de comprovativos de despesa por parte dos investidores”.

Ainda assim, “a Autoridade de Gestão do PDR2020 estima que, em 2019, a execução destas medidas atinja os 650 milhões de euros: 123 milhões de euros financiados através do OE, 527 milhões de euros financiados através do FEADER”.

Questionado pela “Vida Eco-

nómica” em Madrid, durante a feira Fruit Attraction, sobre se a rubrica de um empréstimo obrigacionista de 330 milhões de euros emitido pela EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva pode ser considerado como receita, o secretário de Estado da Agricultura explicou que esse empréstimo “foi pago em 2018, no valor de 334 milhões de euros”. Daí,

diz Luís Medeiros Vieira, “aquele diferencial”. Já em 2019, “a mesma rubrica já é residual, é a última tranche que iremos pagar e que são cerca de 34 milhões”.

Portugal Fresh quer perceber a estratégia do PDR 2020

O governante adiantou ainda que “Portugal é o quinto país da UE com a taxa de execução mais elevada do PDR 2020”. Até ao momento, “aprovámos 20 mil projetos na área da agricultura, apoio nas produções agrícolas e setor agroindustrial, a que corresponde um investimento de 3,1 mil milhões de euros e um apoio a fundo perdido de 1,5 mil milhões”. Só no setor hortofrutícola “temos 6000 projetos aprovados, 700 milhões de euros de investimento e 370 milhões de euros a fundo perdido”.

Assegurando que a execução do PDR 2020 “está a seguir os trâmites normais” e que a execução financeira “pode ir até 2023”, Luís Vieira garante: “das

verbas que foram alocadas para o FEADER – cerca de 4000 milhões para o período 2014-2020 – nós vamos executar integralmente esse montante”.

Mas estas garantias não satisfazem os produtores de fruta. Gonçalo Andrade, presidente da Portugal Fresh, queixa-se da execução do PDR 2020. À “Vida Económica” em Madrid, durante a feira Fruit Attraction, disse que “há projetos de investimento significativos parados pelo facto de não haver ações abertas no âmbito do PDR 2020”. E esse, diz, “é um grande desafio que temos, que é a questão da abertura de concursos do PDR. Ainda agora houve uma abertura para o setor vitícola e os jovens agricultores e para o setor hortofrutícola não abriu nada e nós gostaríamos de saber qual é o critério”. Gonçalo Andrade quer, acima de tudo, “perceber qual é a estratégia” do Governo para o setor agrícola, quer em termos de investimento, quer até em matéria de ações de promoção e internacionalização.

PUB

SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE CULTURAS ANTECIPAÇÃO E EXTENSÃO



ANTI-GRANIZO

ANTI-CHUVA

ANTI-ESCALDÃO

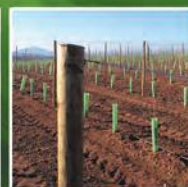
ANTI-PÁSSARO

SISTEMAS DE CONDUÇÃO E TUTORAÇÃO

ESTRUTURAS DE SUPORTE

ACESSÓRIOS

SOLUÇÕES SEGURAS PARA AS MAIS EXIGENTES CULTURAS



ASSEGURAMOS AS SUAS COLHEITAS.

www.cotesi.com



NÃO FOI REALIZADO QUALQUER ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E A ALTERAÇÃO À LEI SERÁ PUBLICADA "MUITO BREVEMENTE"

Governo vai autorizar a rega nas vinhas da Região Demarcada do Douro

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Governo vai legislar no sentido de permitir a rega na Região Demarcada do Douro (RDD). E sem qualquer estudo prévio de impacto ambiental, ao contrário do que havia garantido. A notícia foi avançada à "Vida Económica" pelo secretário de Estado da Agricultura, Luís Medeiros Vieira.

"A legislação já permite a rega na RDD em determinadas situações de seca e 'stress' hídrico e mediante autorização do IVDP [Instituto dos Vinhos do Douro e Porto]", começa por dizer o governante, explicando que "avaliámos com o setor, nomeadamente com o Conselho Interprofissional [do IVDP], a possibilidade de encontrar um equilíbrio" para que a rega fosse possível, "tendo em conta que é necessário verificar as próprias condições da produção no seu global".

Luís Vieira afirma que, "se dizemos que não queremos aumentar muito a produção porque também há restrições aos direitos de plantação, não faz muito

sentido aumentar essa produção para fora de determinados limites, porque, se o fizermos, podemos estar a por em causa o próprio nível de preços na região". Portanto, em sua opinião, "o que é necessário é encontrar aqui é um equilíbrio".

Nesse sentido, "fizemos uma pré-avaliação da situação e chegámos a uma solução de compromisso; foi possível encontrar uma redação [da lei] que permita fazer a rega mediante algumas condições que irão ser publicadas em legislação muito brevemente, o mais tardar dentro de um mês", revelou o governante.

"Aliás, a exemplo da rega, também temos a questão da comercialização, podendo passar dos 150 mil litros para os 75 mil", disse Luís Vieira. O secretário de Estado comentou o facto de o Conselho Interprofissional do IVDP ter aprovado a redução da existência mínima

permanente, ou seja, o 'stock' exigido aos operadores para inscrição no IVDP como comerciantes de vinho do Porto.

Uma redução tendo em conta que os 150 mil litros de 'stock' mínimo era considerado um investimento elevado para qualquer operador que queira comercializar vi-



Luís Medeiros Vieira, secretário de Estado da Agricultura.

nho do Porto, inclusive os produtores-engarrafadores.

Recorde-se que o Conselho Interprofissional do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) tinha aprovado, a 17 de julho, uma medida de "adaptação à realidade", relacionada com as alterações climáticas, votando pelo fim do princípio da proibição da rega na RDD (Região Demarcada do Douro). No entanto, essa mudança só poderá efetivar-se mediante alteração da lei.

Questionado pela "Vida Económica", o Ministério da Agricultura, que tutela o IVDP, havia decidido não avançar para uma alteração legal sem serem conhecidos os resultados de um estudo de impacto ambiental, o que vai acabar por não acontecer. Em causa está o teor do artº 10º do Decreto-Lei 173/2009, de 3 de agosto, que prevê que, na RDD, "a rega da vinha só pode ser efetuada em condições excecionais e apenas para obstar a situações extremas de défice hídrico, reconhecidas pelo IVDP, que possam pôr em causa o normal desenvolvimento fisiológico da videira".

"Vendemos barato de mais o que é escasso e não existe em mais lado nenhum"

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) apresentou a meados de setembro, no Museu do Douro, na presença do ministro da Agricultura, o estudo "Rumo estratégico para o setor dos vinhos do Porto e do Douro".

No documento, e tendo por base a produção média observada no passado e admitindo uma relativa estabilização da Denominação de Origem (DO) Porto (cerca de 80 milhões de litros de vinho do Porto) para a área atual de vinha, "é previsível a produção média de vinho do Douro aproximar-se dos 43 milhões de litros". Em 2017, foram vendidos cerca de 40 milhões de litros.

O estudo, coordenado por Tim Hogg e João Rebelo, é taxativo. Refere que "o problema central da DO Douro reside no facto de o crescimento das vendas ter sido em grande medida associado a um baixo preço de venda, face aos custos de produção na região".

Em 2017, lê-se no documento, "o preço médio ex-cellar da DO Douro foi de 3,94 euros/litro, sendo 59,7% vendido como categoria base (não-premium) a um preço médio de 2,34 euros/litro e 80,6% (não-premium e comercial) a um preço médio de 2,79 euros/litro". Adicionalmente, "cerca de 63% deste vinho é vendido no mercado nacional a um preço médio de 3,88 euros/litro, sendo 63,9% comercializado como não-premium, a um preço médio de 2,27 euros/litro".

No Douro, constata os especialistas da UTAD, "predomina uma viticultura de encosta, com sistemas vitícolas baseados em elevado consumo de mão-de-obra e baixa produtividade (cerca de 4000 kg/hectare de uvas), que se refletem num custo de produção das



Da esquerda para a direita: José Alberto Rio Fernandes (Associação de Geógrafos), António Marquez Filipe (Symington), Gaspar Martins Pereira (FLUP), Jorge Ricardo Pinto (ISCET) e João Rebelo (UTAD).

uvas (em média cerca de 0,90 euros/kg) muito superior ao de outras regiões vitícolas nacionais e estrangeiras".

Lógica da grande distribuição "não é criar marca, é criar margem"

O diagnóstico é partilhado pelas empresas de vinho do Douro e Porto e pelos investigadores do setor. Na última semana, num debate organizado pela Associação Portuguesa de Geógrafos no IVDP, António Garcez Filipe, presidente da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial e diretor-geral da Symington Family Estates, foi taxativo: "vendemos barato de mais o que é escasso e não existe em mais lado nenhum".

O gestor disse, aliás, que "a produção é o lado mais frágil" da cadeia de valor e alertou para a disparidade de custos de produção no Douro face a outras regiões vitivinícolas no mundo. "Produzir um quilo de uvas na RDD cus-

ta 77 cêntimos, já em Espanha custa 29 cêntimos e, no Chile, 10 cêntimos".

Por outro lado, lamentou o facto de o vinho do Porto ter "cedido à tentação das marcas brancas" e de "vender na grande distribuição". É que a lógica da grande distribuição, diz, "não é criar marca, é criar margem". E essa, acrescenta, "é a equação do impossível porque a margem é cada vez mais pequena e não permite gastar dinheiro na promoção", levando à quebra dos preços e das vendas.

Gaspar Martins Pereira também esteve no debate. Professor catedrático do Departamento de História e de Estudos Políticos e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é um estudioso do Douro. Participou, entre outros projetos, na preparação da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial e na conceção e instalação do Museu do Douro, de que foi diretor até 2007. Concorde que o vinho do Douro e do Porto "tem custos de produção elevados e não haver uma articu-

lação entre a produção e o comércio é um dos grandes problemas".

"Não sei o que é ser duriense; não há integração regional; a Casa do Douro não existe e não se vê que exista a curto prazo; o Douro não existe, foi imposto pelo Estado, através da demarcação", diz o investigador. Aliás, realça: "se olharmos para o Douro do ponto de vista histórico, ele não tem nada a ver com o Douro de há 250 anos, que apenas tinha 250 hectares e não chegava ao Pícnão". Hoje tem uma área de 247420 hectares abrangendo concelhos dos distritos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda.

A verdade é que também "não é preciso impor uma unidade falsa", mas, diz, "é possível manter a diversidade e construir uma estratégia em conjunto", tentando perceber "os sinais que os unem".

João Rebelo, professor na UTAD, é autor, com Tim Hogg, do estudo "Rumo estratégico para o setor dos vinhos do Porto e do Douro". Elogiou a "muita participação" no documento, que "derivou num plano de ação". Ainda assim, diz, o seu sucesso "vai depender muito do papel que os agentes económicos vão ter em termos de promoção externa" dos vinhos da região. E deixou uma ideia: "vender melhor não é necessariamente vender mais".

Jorge Ricardo Pinto é docente no Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo - ISCET. Também está de acordo. Mais. Considera até que "a relação do vinho com o Douro é de servidão", defendendo "uma relação mais intensa" entre as diferentes cidades e, mesmo, entre as três universidades da região (Porto, Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro).

Brasil: crise política e instabilidade cambial quebram exportações de pêra rocha

TERESA SILVEIRA, EM MADRID *
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Passou uma semana sobre as eleições no Brasil, mas a instabilidade política, económica e cambial está a ensombrar o consumo interno há meses. E, por consequência, as exportações portuguesas de frutas, em particular de pêra rocha.

“O consumo de frutas e legumes baixou 40% nos últimos oito meses” naquele país, lembrou, em Madrid, o dirigente da Portugal Fresh e administrador da LusoPêra, João Alves. “O real atingiu valores cambiais inoportáveis e, este ano, isso foi altamente penalizador para as transações” comerciais entre Portugal e o Brasil. Um país onde as frutas chegam facilmente – “a pêra viaja muito bem e tem um excelente comportamento na prateleira” –, mas onde “há pouco dinheiro e pouca capacidade aquisitiva”.

S. Paulo “é o grande alvo” das vendas da LusoPêra e onde “o consumo é mais forte”. Depois é “o Rio de Janeiro, mas também no Nordeste”. Mas a pêra rocha de Portugal “é também rainha em Santa Catarina e Florianópolis [capital do estado brasileiro de Santa Catarina, no Sul do país]”. “Estamos muito dependentes daquele mercado”, admite João Alves, preocupado com a atual situação política, económica e social do Brasil.

A ANP - Associação Nacional de Pro-

dutores de Pêra Rocha partilha desta preocupação. “É o nosso primeiro mercado de exportação; do total das vendas, nacionais e para o estrangeiro, as exportações para o Brasil representam 30%, mas se nos focarmos apenas nas exportações, o Brasil representa 60% da fruta exportada”, diz o presidente da Associação, Domingos Santos.

“A situação económica, está muito difícil, mais a instabilidade política associada à deflação da moeda e ao câmbio desfavorável, faz com que a pêra rocha chegue àquele mercado a um preço que a população não consegue comprar”, lamenta o empresário.

A atual campanha da pêra rocha – cuja produção, este ano, sofreu quebras próximas de 25% devido ao calor e caiu para as 180 a 190 mil toneladas, abaixo das 210 mil do ano passado – ainda vai com apenas dois meses de exportações. É, portanto, “cedo para avaliar, com números”, as vendas para aquele mercado sul-americano. Mas Domingos Santos está pessimista. “Vai haver quebra de certeza”, diz.

Espanha é “o mais importante cliente das frutas e legumes nacionais”

Gonçalo Andrade, presidente da asso-

ciação Portugal Fresh, também está céptico. Ciente de que a pêra rocha é a fruta portuguesa “com mais expressão para o Brasil”, acredita, contudo, que “as ligações que existem entre o Brasil e Portugal são muito boas”. Isto, embora “o peso da queda da moeda” nas transações possa afetar as exportações.

Mas isto, diz, “Portugal não pode controlar”, porque “não conseguimos passar essas barreiras”.

Questionado sobre o facto de a instabilidade política poder derivar numa quebra do consumo e, por essa via, levar ao decréscimo das exportações portuguesas, nomeadamente de frutas, Gonçalo Andrade espera que tal “não aconteça”.

“Há uma revolta muito grande do povo brasileiro e espero sinceramente que o país consiga ultrapassar esta fase e que, acima de tudo, não se cortem pontes de entendimento nem uma longa história comum e que o Brasil não caia numa retração de mercado”. O presidente da Portugal Fresh deixa mesmo um apelo: “não vamos ser tão pessimistas; a situação é muito complicada, mas

vamos acreditar que vamos conseguir ultrapassar”.

A Portugal Fresh – Associação para a Promoção das Frutas, Legumes e Flores participou, pelo 8º ano consecutivo, na Fruit Attraction de Madrid, uma das maiores feiras mundiais de frutas e legumes. No total, 42 empresas, associações e parceiros mostraram aos 70 mil visitantes de 120 países o que de melhor se produz em Portugal.

Espanha, com 47 milhões de habitantes, é o maior parceiro comercial de Portugal e o mais importante cliente das frutas e legumes nacionais. Em 2017, as vendas desta fileira ao mercado espanhol totalizaram 450 milhões de euros, mais 13,6% do que no ano anterior (396 milhões). O objetivo dos produtores é atingir a fasquia dos 500 milhões de euros.

As exportações do setor, entre janeiro e julho de 2018, quebraram 1% face ao período homólogo de 2017 (de 948 milhões de euros para 939 milhões). A seca prolongada e as posteriores chuvas tardias da primavera e verão atrasaram o início das campanhas e prejudicaram o valor médio de venda de grande parte dos produtos hortofrutícolas portugueses. Ainda assim, a Portugal Fresh mantém o objetivo: chegar aos 2000 milhões de euros de exportações em 2020.

* A jornalista viajou a convite da Portugal Fresh.



Mercadona: “trabalho de sapa” para conquistar Portugal

A Mercadona vai abrir entre oito e 10 lojas em Portugal no segundo semestre de 2019, nos distritos do Porto, Braga e Aveiro. E as opiniões sobre a entrada do operador retalhista espanhol no nosso país, as que são possíveis de registar, são favoráveis.

Os jornalistas portugueses presentes na feira Fruit Attraction, na última semana, foram convidados pela associação Portugal Fresh a visitar um dos 15 blocos logísticos que a Mercadona tem no país – Ciempozuelos, na direção de Toledo, a cerca de 35 quilómetros de Madrid. Fomos recebidos pela diretora do Setor Primário e Consumidores em Portugal, Patrícia Cotrim.

Trata-se de um investimento total (construção civil mais investigação, desenvolvimento e inovação) superior a 200 milhões de euros, que arrancou em 2006. Um terreno de 200 mil m², uma área de construção de 100 mil m², 952 postos de trabalho (783 dos quais diretos), 160 mil horas de formação, 37% de emprego feminino, onde são recebidas 13 mil paletes por dia e expedidas 12 mil. Fornece 252 supermercados em Madrid, Norte de Castela-La-Mancha e Sul de Castela e Leão.

Em Espanha, a Mercadona faturou 22,9 mil milhões de euros em 2017. O prazo médio de pagamento a fornecedores foi de 44 dias. Nesse ano, empregava 84 mil pessoas e detinha 1627 lojas. A última abertura foi em Ceuta,

em setembro, num investimento de 7,6 milhões. O salário mínimo inicial dos colaboradores o ano passado era de 1312 euros brutos, tendo pago, o ano passado, 313 milhões só em prémios por objetivos.

Em Portugal, a empresa já recrutou 200 pessoas e ainda está em fase de seleção de quadros. Até 2019, a retalhista espanhola prevê terminar a construção do seu bloco logístico de 50 mil m² na Póvoa de Varzim e aumentar o número de colaboradores para 500. As compras totais a fornecedores portugueses deverão somar 70 milhões de euros até ao final deste ano.

“A Alemanha no futebol”

Entre o tempo de viagem Madrid-Ciempozuelos-Madrid e a feira, a “Vida Económica” teve dificuldade em registar depoimentos. Vários produtores de frutas e legumes portugueses assumem que já foram visitados em Portugal por equipas da Mercadona e que há já contratos de fornecimento firmados com empresas.

As opiniões, essas, convergem, mostrando um “sentimento positivo” em relação à entrada do novo operador do retalho em Portugal. “Veja, eles estão há dois anos a trabalhar no terreno, silenciosamente, a conhecer o país, a recrutar pessoas e não se vê um único anúncio publicitário; é um autêntico trabalho de sapa” o que estão a de-

envolver em Portugal, disse à “Vida Económica” um produtor de frutas que não se quis identificar.

Outro produtor que também preferiu o anonimato foi ainda mais longe. Garante que “há várias empresas que estão a ser pressionadas pelos outros retalhistas para não fornecerem a Mercadona”, o que “pode abrir uma guerra” comercial. Também um ex-dirigente político ligado ao agroalimentar partilhou com a “Vida Económica” a sua opinião: “o modelo deles [Mercadona] é preço sempre baixo e quem tem um modelo tem um tesouro. Eles são tipo a Alemanha no futebol”.

Questionado pela “Vida Económica” durante a Fruit Attraction, Gonçalo Andrade, presidente da Portugal Fresh, não tem dúvidas de que “esta entrada pode ajudar a remunerar melhor os produtos portugueses, até porque a presença da Mercadona em Espanha é muito forte, é o principal retalhista, tem

uma quota de mercado muito grande e, por isso, não só em Portugal pode abrir mais algumas portas, como também para o nosso produto, que já representa 30% das exportações, se calhar vamos conseguir chegar mais longe”. Isto, diz, “desde que se consigam construir pontes de entendimento e tenhamos um preço justo”.

O administrador-delegado da empresa de saladas embaladas Vitacress, também está otimista. Luís Mesquita Dias diz à “vida Económica” que a vinda da Mercadona para Portugal “é sobretudo uma oportunidade para o país e a distribuição alimentar”. O gestor da empresa do grupo RAR, que detém 270 hectares de terra em produção entre Odemira, o Algarve e, agora, em Odeceixe (50 novos hectares), não hesita: “de cada vez que há um novo operador e traz práticas muito mais evoluídas em todos os sentidos, na forma como trata os consumidores e os fornecedores, isso estabelece novos patamares de qualidade que os restantes operadores tendem a acompanhar”.



Elena Aldana, diretora para Portugal do Departamento de Relações Externas da Mercadona.

Sogrape integra consórcio europeu para investigar alterações climáticas

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Sogrape é dona das marcas Ferreira, Offley, Mateus Rosé, Sandeman, Barca Velha, entre outras. Fatura mais de 215 milhões de euros, emprega cerca de mil pessoas e tem 1500 hectares de vinha plantada nas regiões do Douro, Alentejo, Bairrada, Dão e Madeira, mas, também, em Espanha, Chile, Argentina e Nova Zelândia e exporta para mais de 120 países. Esta semana revelou que integra, desde há um ano, o projeto MED-GOLD, com o objetivo de estudar as potenciais ameaças das alterações climáticas em setores agrícolas como o do vinho.

O projeto, que arrancou em dezembro de 2017 e vai durar quatro anos, envolve um investimento de cinco milhões de euros, 100% financiado através do programa Horizonte 2020 da União Europeia (UE). Foi objeto de candidatura por via de um consórcio coordenado pela ENEA – Agência Nacional para as Novas Tecnologias, Energia e o Desenvolvimento Económico Sustentável (Itália) através de dois laboratórios – laboratório de modelação e impactos climáticos e laboratório para a sus-



António Rocha Graça, diretor de I&D da Sogrape Vinhos, e Miguel Pessanha, administrador (respetivamente o primeiro e o terceiro a contar da esquerda).

tentabilidade, qualidade e segurança agroalimentar – e no qual participam a Sogrape, a única empresa portuguesa, a italiana Barilla, que representa o setor das massas alimentícias, e a cooperativa andaluz DCOOP, que representa o setor do azeite.

Esta semana, Miguel Pessanha e António Rocha Graça, respetivamente administrador e diretor de I&D da Sogrape

Vinhos, apresentaram o MED-GOLD aos jornalistas: um projeto da UE para a inovação na previsão climática, que visa a criação de ferramentas específicas para o apoio à gestão agrícola das principais culturas do Mediterrâneo: vinha, olival e trigo duro.

O diretor de Inovação e Desenvolvimento da Sogrape, António Graça, referiu que o projeto incide sobre “os

três principais setores agroalimentares da bacia mediterrânica”. Explicou, aliás, que as ferramentas desenvolvidas no âmbito desta investigação ficarão “disponíveis para toda a comunidade de utilizadores” e que, apesar de não haver mais empresas portuguesas envolvidas, as universidades de Aveiro, Trás-os-Montes e Alto Douro, Porto e Braga estão a colaborar com o projeto. E, “provavelmente, outras se seguirão”, referiu António Graça.

“Numa altura em que o clima se tornou um fator principal de condicionamento da rentabilidade da atividade agrícola, o MED-GOLD tem por objetivo realizar previsões sobre os anos agrícolas futuros, permitindo uma melhor gestão do risco destes negócios causado pelas alterações climáticas”, refere a empresa.

Trata-se de “um projeto inédito da UE” que visa a melhoria de prognósticos e de planeamento da gestão agrícola, com economia de recursos como combustíveis ou água e redução do uso de pesticidas, contribuindo para a adaptação do setor agroalimentar às alterações climáticas e para a redução do aquecimento global e, por isso, para os objetivos do desenvolvimento sustentável.

PUB



Hotel ibis budget Bordeaux Centre Bastide
26, Allée Serr, Bastide, Bordeaux,
33100, France



Preço*: €590+IVA (público em geral)
Assinantes Vida Económica e associados da CCILF
€490 + IVA.

O preço para acompanhante será de
€400 + IVA

* O preço inclui:

Viagem de avião, transfers e alojamento
no Hotel ibis budget Bordeaux Centre Bastide

Inscrições:

Ana Bessa: Telefone: 223 399 427

Email: anabessa@vidaeconomica.pt

Observações:

Os participantes podem transportar uma mala até 10 kg, incluindo o computador pessoal. No caso de a mala exceder esse limite de peso ou estar acima das dimensões para ser considerada bagagem de cabina poderão despachar a bagagem com os custos inerentes.



PROGRAMA

PORTO

LISBOA

20.11.2018 (terça-feira)

11h00 Comparência no Aeroporto do Porto (junto ao balcão da Portway, no piso das Partidas).
12h10 Partida para Bordeaux (FR4506)
14h50 Chegada ao Aeroporto de Bordeaux
16h30 Check-in no Hotel - Ibis Budget Bordeaux Centre Bastide
Jantar livre

07h00 Comparência no Aeroporto do Lisboa
07h50 Partida para o Porto (FR2094)
08h50 Chegada ao Aeroporto do Porto
12h10 Partida para Bordeaux (FR4506)
14h50 Chegada ao Aeroporto de Bordeaux
16h30 Check-in no Hotel I- bis Budget Bordeaux Centre Bastide
Jantar livre

21.11.2018 (quarta-feira)

09h00 Transfer para a Vinitech
Dia disponível para visita
17h00 Encontro com elementos da comunidade portuguesa do setor (a confirmar)

09h00 Transfer para a Vinitech
Dia disponível para visita
17h00 Encontro com elementos da comunidade portuguesa do setor (a confirmar)

22.11.2018 (quinta-feira)

08h00 Transfer para Aeroporto de Bordeaux
09h45 Partida para o Porto no vooFR4507
10h20 Chegada ao Aeroporto do Porto

08h00 Transfer para Aeroporto de Bordeaux
09h45 Partida para o Porto no vooFR4507
10h20 Chegada ao Aeroporto do Porto
12h35 Partida para Lisboa no voo FR2094
13h35 Chegada ao Aeroporto do Lisboa

Apoio e organização:



VidaEconómica
GRUPO EDITORIAL

NOVO EQUIPAMENTO PODE APANHAR ENTRE 10 E 13 TONELADAS DE UVAS POR DIA

Symington investe 500 mil euros em máquina de vindimar

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Symington Family Estates, presente na região do Douro há cinco gerações (desde 1882) de propriedade e gestão familiar e que detém a Graham's, uma das 10 marcas de vinho mais admiradas no mundo, assim como a Cockburn's, Dow's e Warre's e ainda várias insígnias de vinhos DOC Douro, vai adquirir uma máquina para vindimar. O investimento é de 500 mil euros e já está "em fase de protótipo na sua terceira versão", revelou à "Vida Económica" António Garcez Filipe, diretor-geral da companhia.

A empresa liderada por Paul Symington – que vai reformar-se no final do ano e passar a gestão executiva ao primo Rupert Symington – quer minimizar as limitações e os custos associados à continuada escassez de mão-de-obra nos últimos anos. O novo equipamento, que, atualmente, funciona a gasóleo mas no futuro poderá ser elétrico, terá "capacidade para apanhar entre 10 e 13 toneladas de uvas por dia", por oposição às apenas 0,5 toneladas que cada pessoa, em média, é capaz de vindimar diariamente.



Quinta do Bonfim, Pinhão.

Não está ainda decidido quando entrará em funcionamento – "primeiro temos de fazer uma avaliação dos resultados desta vindima", diz António Filipe –, mas é certo que a nova máquina "não poderá ser usada em todas as nossas vinhas", distribuídas por 27 propriedades e mais de 1000 hectares. Apenas será utilizada "em vinhas de encosta, mas só de um bardo".

"Mais do que ganhos, este equipamento tem como principal propósito responder à falta estrutural de pessoal que estamos a sentir no Douro", frisa o diretor-geral da companhia, que, na vindima que agora terminou, colheu cerca de 17 milhões de litros de vinho. Em 2017 faturou 92 milhões de euros.

No seu relatório de vindima de 2018, Paul Symington queixa-se das condições

climáticas – "após o mais seco ciclo da vinha de sempre em 2017, a seca prolongar-se-ia até março de 2018" –, explicando que, este ano, "as produções foram absurdamente baixas", com algumas das suas vinhas a "sofrer quebras de 40%". Aliás, diz o CEO, "são poucas as [vinhas] que não têm quebras de pelo menos 25%".

2018 foi, aliás, "o segundo ano consecutivo com produções dramaticamente baixas e houve uma corrida desenfreada para obter uvas, especialmente por parte daqueles com poucas vinhas próprias". Em consequência, diz Paul Symington na nota de vindima, "os preços dispararam, o que é provavelmente algo de muito bom certamente para os lavradores que se debatem com dificuldades há vários anos".

A companhia espera agora que "os custos mais altos das uvas corrijam os preços nas prateleiras ridiculamente baixos de alguns vinhos do Douro". Preços que, segundo Paul Symington, "prejudicam seriamente o futuro da nossa região, colocando-nos no mesmo patamar das regiões vinícolas com custos muito menores, a trabalhar vinhas planas que rendem produções elevadíssimas".

PUB



www.espaco-visual.pt



FORMAÇÃO PROFISSIONAL -
ESPECIALIZAÇÃO EM PEQUENOS FRUTOS

APOIO À INSTALAÇÃO
DE JOVENS AGRICULTORES

CRIAÇÃO DE OP'S

PLANOS DE NEGÓCIOS

PROJETOS DE INVESTIMENTO

CONTABILIDADE

SEGUROS AGRÍCOLAS

LICENCIAMENTOS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

TODOS OS SERVIÇOS NUM SÓ ESPAÇO



Av. Ass. Comercial e Industrial
de Gondomar, 290
4420-620 Gondomar

R. Cidade de S. Paulo, Edifício Nerbe
Núcleo Empresarial da Região de Beja
7800-453 Beja

T. +351 22 450 90 47
geral.espaco-visual.pt

Soja de Portugal faz 75 anos

O grupo Soja de Portugal, sediada em Ovar, que opera nas áreas de nutrição animal, carne de aves, recolha, tratamento e valorização de subprodutos de origem animal, celebrou 75 anos em julho. Agrega 11 empresas, cinco áreas de negócio, com fábricas e instalações em vários pontos do país, nomeadamente, em Ovar, São Pedro do Sul, Trofa, Oliveira de Frades, Torres Novas, Pinhel, Viana do Castelo e Vouzela.

Num comunicado enviado à "Vida Económica", António Isidoro, CEO da Soja de Portugal, explica que "estes 75 anos simbolizam o crescimento, a inovação e a afirmação de um grupo nacional num mercado interno e externo cada vez mais exigente e competitivo". E afirma que "os resultados alcançados levam a acreditar que estamos no caminho certo".

O CEO fala de "relações de excelência e marcas fortes no setor, aliados a uma equipa de 650 colaboradores", que permitem ao grupo "ter uma visível

presença nacional e internacional, 158 milhões de euros de volume de negócios e 25% de exportações para mais de 20 países".

A par da vertente económica e empresarial, a Soja de Portugal orgulha-se ainda de incluir, na sua atuação, a "responsabilidade social e ambiental". E garante que "todos os anos apoia inúmeras causas e entidades locais onde se encontra inserida, através da atribuição de donativos, do envolvimento dos colaboradores em iniciativas sociais, culturais, ambientais, de educação e de desporto, do apoio a associações de proteção de animais, escolas, bombeiros, entre outros". O objetivo, dizem, "é contribuir para uma clara melhoria da qualidade de vida das comunidades onde estão presentes".

"Orgulhosa" do passado, do presente e "de olhos postos no futuro", a Soja de Portugal quer "reforçar os seus objetivos a médio-longo prazo", que passam por "continuar a crescer e a superar os bons resultados alcançados até à data".

Cerealto fatura 228 milhões

A Cerealto, multinacional que opera em 40 países fabricante de produtos alimentares (bolas, cereais para pequeno-almoço, barras de cereais, comida para bebés, massas, bolos, produtos sem glúten e aperitivos) para grandes cadeias de distribuição e empresas alimentares no setor B2B, deverá fechar o ano 2018 com um volume de negócios "superior a 228 milhões de euros". Números que representam um crescimento de 47% face a 2017.

A companhia detém oito centros de produção próprios em Portugal, Espanha, Itália, Reino Unido e México e tem uma força de trabalho de mais de 2000 colaboradores, 6,5% deles de "grupos desfavorecidos em risco de exclusão social".

Os resultados de 2018, diz a empresa, "reforçam a consolidação do modelo de negócio da Cerealto, centrado nos clientes, a partir de uma estratégia de flexibilidade e diferenciação baseada na inovação e na capacidade de adaptação às necessidades dos consumidores com produtos de valor acrescentado". Também representam um aumento de 35% da sua produção, que ultrapassará as 150 mil toneladas. O negócio de bolachas apresenta o maior crescimento, alcançando já 41% das vendas totais da

empresa, face a 29% em 2017, e 29% do volume total produzido.

Por zonas geográficas, 65% das vendas deste exercício correspondem ao Sul da Europa, que cresce acima de 60% face ao ano anterior, representando 75% da produção global. Segue-se o Norte de Europa, com 16% das vendas, América com 13% e, por último, Ásia e África com 4%.

Em comunicado, a empresa diz que tem previsto fechar o ano com "investimentos superiores a 17 milhões de euros", destinados sobretudo ao "aumento das suas capacidades produtivas e a avanços tecnológicos orientados para melhorar a eficiência". Cerca de 48% dos investimentos em 2018 destinaram-se ao Reino Unido, seguido de Espanha, com 20%, México, com 16%, e Portugal, com 13%.

Em 2018, a Cerealto manteve a sua aposta na inovação, um dos pilares estratégicos da empresa, investindo mais de 6 milhões de euros destinados a projetos de I+D. A aposta da Cerealto na inovação permite-lhe o lançamento constante de novos produtos, em concreto, lança mais de 150 novas referências anualmente para satisfazer a procura dos consumidores, com produtos acessíveis e que cobrem as necessidades nutricionais de cada grupo.

Frulact premeia estudantes de doutoramento

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Frutech - Centro de IDI da Frulact, na Maia, acolheu a 19 de outubro a sessão de encerramento do 'Programa de Mentorado Comendador Arménio Miranda', promovido em parceria com a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (ESBUCP). Foram premiadas as alunas Tânia Isabel Bragança Ribeiro e Catarina Pereira de Melo Vila Real.

Em julho de 2017, a Frulact, que opera nos preparados de fruta para a indústria alimentar, recebeu 21 candidaturas de alunos de doutoramento que pretendiam ter o acompanhamento do comendador Arménio Miranda, cofundador da Frulact. Os estudantes submeteram informação sobre os seus projetos de doutoramento: tema, planeamento e entregáveis e uma breve descrição do impacto previsto com a integração no programa.

A seguir, uma equipa da Frulact, da ESBUCP e o próprio comendador Arménio Miranda selecionaram cinco projetos. A empresa, liderada pelo filho, João Miranda, diz que esses foram "os que se destacaram pelo entusiasmo e qualidade dos temas de investigação". Mais: os trabalhos selecionados estavam "alinhados com os eixos estratégicos da Frulact", incluindo "novas tecnologias, métodos e aplicações de biologia molecular e novos produtos e processos para diferenciação nutricional, sensorial e de saúde e bem-estar", refere a empresa.

Arménio Miranda, ele próprio doutor



Arménio Miranda, fundador da Frulact.

'honoris causa' pela ESBUCP, "manteve encontros regulares com os estudantes e os seus respetivos supervisores, orientando e enriquecendo os cinco projetos com sugestões resultantes da sua curiosidade e extensa experiência industrial", assinala a Frulact.

A comissão de avaliação, constituída por Arménio Miranda, João Miranda (CEO e Cofundador da Frulact), Isabel Vasconcelos (diretora da ESBUCP), Freni Trafaria (professora assistente convidada da ESBUCP) e Pilar Morais (diretora de Inovação da Frulact), selecionou dois trabalhos premiados.

Fundada em 1987, a Frulact fechou 2017 com 112 milhões de euros em vendas. Tem fábricas em Portugal, França, Marrocos, África do Sul e Canadá e emprega 725 pessoas, das quais 55 no seu centro de inovação, na Maia.

PRÉMIOS FRULACT

Primeiro Prémio:

Estudante	Descrição	Supervisor
Tânia Isabel Bragança Ribeiro	Desenvolvimento e caracterização funcional dos ingredientes do bagaço de azeitona: bioatividade e possível aplicação como filmes edíveis bioativos.	Manuela Pintado João Miguel Almeida Nunes (BLC3) António Augusto Vicente

Menção Honrosa

Estudante	Descrição	Supervisor
Catarina Pereira de Melo Vila Real	Caraterização nutricional, físico-química, microbiológica e sensorial de dois cereais africanos fermentados e funcionais e a sua estabilidade durante o armazenamento.	Ana Maria Gomes Elisabete Cristina Bastos Pinto

PUB

VINITECH
SIFEL

20 - 22
NOVEMBRO
2018
BORDEAUX

O SALÃO MUNDIAL
VITIVINÍCOLA, ARBORÍCOLA,
HORTÍCOLA

DESCOBRIR